

RESENHA¹

DARON ACEMOGLU ; JAMES A. ROBINSON, WHY NATIONS FAIL, CROWN BUSINESS, 2012.

Jean Karim Coly²

Referência da obra resenhada

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Why Nations Fail: the origins of power, prosperity, and poverty.** New York: Crown Business, 2012.

Os economistas Daron Acemoglu, professor do MIT, e James A. Robinson, de Harvard, publicaram um importante livro sobre economia do desenvolvimento. O livro intitulado *Why Nations Fail*, tenta explicar o caminho que os países devem seguir para sair da pobreza.

Segundo Acemoglu e Robinson, a chave do desenvolvimento é a inclusão da maioria da população na vida econômica. Quando um indivíduo pode melhorar seu trabalho trabalhando mais, assumindo riscos ou inovando, a sociedade cresce. E os frutos de seus trabalhos devem voltar para ele, pelo menos em grande parte.

Países ou nações que vivem na pobreza são aqueles onde o poder político domina a maior parte do valor criado pela maioria. A população perde então o interesse em produzir, poupar e, mais ainda, inovar.

Para Acemoglu e Robinson, as formas de instituições políticas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de uma economia.

Basicamente, o Estado deve estar suficientemente centralizado para permitir o estabelecimento de instituições que promovam a atividade econômica. Estes incluem o sistema judicial e monetário, a segurança pública, os canais de comunicação e, possivelmente, os sistemas de saúde e educação.

Os autores dão como exemplos negativos a Somália e o Afeganistão. Nesses países, o poder é compartilhado entre os governos regionais em conflito uns com os

¹ Recebida em 01/fevereiro/2019. Aceita para publicação em 04/março/2019.

² Doutorando em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Graduado em Relações Internacionais e Diplomacia pela IMAN, Dakar-Senegal. Membro e investigador no Pan-African consumer protection and International Association of Consumer Law. E-mail: alexandrecoutinhopagliari@ gmail.com

outros. Eles também citam o exemplo do Haiti, um estado em colapso. A ausência do governo central impede o estabelecimento de instituições necessárias para o surgimento de grandes atividades econômicas.

No entanto, o poder desse governo central não deve ser hegemônico. Para evitar sistemas onde uma minoria no poder explora a maioria, deve haver uma pluralidade de lugares de poder na sociedade. Este equilíbrio de poder depende da existência de vários partidos políticos, uma sociedade civil organizada e meios de comunicação fortes e independentes.

Como regra geral, quando o poder político acaba em poucas mãos, o aparato estatal não serve mais à maioria, mas é desviado para manter os privilégios da minoria.

Acemoglu e Robinson falam então de um sistema extrativo. O valor produzido pela maioria é extraído. A elite visa apenas o enriquecimento pessoal.

Segundo eles, a origem das desigualdades no mundo é institucional. Sua tese central é a de que "os países diferem economicamente porque suas instituições, isto é, as regras que influenciam o funcionamento de uma economia e os incentivos que motivam as pessoas, diferem. (p.73)

Os países são ricos quando possuem instituições políticas pluralistas que incentivam o investimento privado, a competitividade e a inovação tecnológica. Essas instituições, Acemoglu e Robinson as chamam de inclusivas, ou podemos traduzir simplesmente por "democráticas". Nisso, eles se opoem nessas instituições que eles descrevem como extrativistas, isto é, as instituições nas quais uma minoria confiscou o poder e alinhou a forma de seu governo com seu interesse econômico particular, em apenas o maior número, mas também a inovação tecnológica.

Essas instituições inclusivas respeitam a propriedade privada. Eles são baseados em um sistema legal imparcial e serviços públicos que proporcionam aos indivíduos a oportunidade de trocar e contratar (p.75). Segundo os autores, o respeito aos direitos de propriedade é central, "uma vez que apenas os indivíduos cuja propriedade é garantida estarão dispostos a investir e aumentar a produtividade". (p.75)

Simetricamente, os países pobres são pobres porque suas instituições são "extrativistas". Nesses países, "estreitas elites políticas organizam a sociedade em benefício próprio e às custas da grande maioria das pessoas" (p.3); os grupos no

poder estabelecem regras que lhes permitem monopolizar a riqueza produzida. Sabendo que muito do fruto do seu trabalho pode ser expropriado, os habitantes desses países não são encorajados a inovar. Certamente, é possível que um país com essas instituições cresça temporariamente.

Os autores ilustram suas palavras com a América do Sul na época dos conquistadores. Nós saqueamos implacavelmente. A minoria cresce incrivelmente, mas às custas do resto da população. As instituições econômicas extrativistas são apoiadas por instituições políticas extrativas.

Esse tipo de sociedade está estagnando economicamente. A maioria não quer economizar, investir, inovar ou trabalhar mais. O resultado de tais esforços só beneficiaria a elite. Com o tempo, essa cultura cria raízes e as mudanças se tornam muito difíceis, mas não impossíveis.

Os autores dão vários exemplos de empresas extrativas em vários momentos. Eles nomeiam e detalham, entre outros, os seguintes casos: Zimbábue, Serra Leoa, Colômbia, Uzbequistão, Coréia do Norte e Egito etc.

Todos esses países têm pouco em comum. Não é a geografia, o clima, a língua ou o fato de ser colonizado por um país em particular que explica esse estado de estagnação econômica. É o fato de ter uma minoria que mantém sua hegemonia sobre o restante da população, embora com intensidades diferentes.

Deve-se ressaltar também que os autores não são os primeiros a fazer a pergunta, pois dedicaram um capítulo inteiro aos pressupostos que outros propuseram antes deles.

O primeiro deles tende a ver em primeiro lugar as causas geográficas: os países de clima temperado teriam em si mesmos a vantagem sobre os países tropicais, por um lado, porque a temperatura favorece um trabalho mais regular e, por outro, porque eles são imunes a doenças tropicais. Falso, eles respondem, citando o exemplo de Botsuana, Malásia ou Cingapura.

O segundo é de natureza cultural. Algumas culturas encorajariam o trabalho, outras a preguiça. Mais uma vez, seria melhor para compreender que esta "preguiça" é determinada, inicialmente, que as tribos ofensivas têm sido sujeitas a um regime autoritário em que o indivíduo reduzido a um estado de servilismo, teve nenhum interesse em investir em seu trabalho.

A terceira hipótese é a da ignorância. Alguns países seriam pobres devido à ignorância das medidas a serem tomadas para corrigir sua situação econômica.

Falso novamente. Esta suposta ignorância não mascara ou apenas mascarará o desejo de monopolizar por parte da minoria especuladora.

Longe de ser o único plano de idéias gerais, o interesse deste livro é que ele se baseia em uma documentação grande e diversificada, não apenas do estado econômico do mundo atual, mas também da história que levou para ele. Os autores apoiam a sua demonstração tanto sobre o crescimento e declínio da Roma antiga, sobre a Veneza da Idade Média e do Renascimento, como na Inglaterra do século XVII, até na China e no Japão nos séculos XIX e XX.

Por que a Coréia do Norte pertence aos países mais pobres do mundo, enquanto a Coréia do Sul pertence aos mais ricos? Por que, para dar um exemplo mais restrito no qual eles abrem seu livro, na pequena cidade de Nogales, localizada na fronteira entre o México no Sul e o Estado do Arizona no Norte, a renda dos habitantes que vivem no norte é três vezes mais do que aqueles que vivem no sul? Por que foi no Ocidente que a Alemanha dos anos 1960 era próspera e não a do Oriente? Em qualquer caso, a resposta seria a mesma. Por causa das instituições políticas, que governariam a economia para o bem, no caso em que seriam inclusivas, para o mal, no caso em que seriam extrativistas.

Como vemos, a tese dos autores é amplamente dicotômica. Esta é a força e a fraqueza dele. Sua força, porque provavelmente chegaria à idéia de alguém questionar a descrição que os autores fazem da captação de riqueza, por exemplo na África, por uma minoria sem outra preocupação se não é enriquecer-se cada vez mais do que os mecanismos que antes permitiam aos parlamentares ou mercadores ingleses em Veneza impor formas de governo conducentes aos seus negócios e aos dos seus concidadãos. Sua fraqueza porque as próprias noções de inclusiva e extrativa são tão vagas, em última instância, que elas lutam para ser realmente operativas.

Meios inclusivos, grosso modo, democrático, elite extrativista ou oligárquico. Um historiador da economia, sem dúvida, assinalaria que, em muitos casos e em muitas épocas, a coexistência de mecanismos democráticos e oligárquicos era a chave para o desenvolvimento econômico, e que o sucesso ou o fracasso de um país não deriva de forma simples e automática da forma de suas instituições políticas.

Para descrever sistemas inclusivos, onde a maioria participa da economia e seu desenvolvimento, os acadêmicos dão o exemplo das colônias americanas.

A Inglaterra colonizou a América do Norte porque a Espanha, muito mais poderosa na época, já havia conquistado o sul.

Os autores também apontam que a ajuda internacional, as reformas do FMI e até os programas de microcrédito não podem quebrar o ciclo de pobreza e estagnação econômica porque não criam instituições inclusivas.

Implementar essas instituições é um desafio. Os autores lembram que eles emergem através de lutas políticas, onde a presença da mídia de notícias desempenha um papel crucial.

O livro é muito nuançado. No entanto, a teoria apresentada minimiza certos elementos, começando com a existência de pobreza nos países ricos. As instituições inclusivas continuam a excluir uma parcela significativa da população.

Acemoglu e Robinson, mesmo se a obra deles traz muitas informações relevantes, eles não se posicionam para dizer se os Estados Unidos ou os países desenvolvidos são hoje um exemplo de sociedade inclusiva, apesar do número impressionante de excluídos, sabendo-se que o primeiro citado com suas políticas externas agressivas ou seu nível de poluição.

"Os países pobres são pobres porque as pessoas no poder escolhem criar essa pobreza. Eles estão enganados não por engano ou ignorância, mas intencionalmente "(Acemoglu e Robinson, 2012).